



|             |                                                        |
|-------------|--------------------------------------------------------|
| PROCESSO    | 1000148796/2022                                        |
| PROTOCOLO   | 1499854/2022                                           |
| INTERESSADO | C. G. N.                                               |
| ASSUNTO     | AUSÊNCIA DE REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (RRT) |
| RELATORA    | CONS. PATRICIA LOPES SILVA                             |

### RELATÓRIO

Trata-se de processo de fiscalização, originado por meio de rotina fiscalizatória, em que se averiguou que a profissional, Arq. e Urb. C. G. N., inscrita no CAU sob o nº A1157841 e no CPF sob o nº 007.770.369-32, não efetuou os Registros de Responsabilidade Técnica - RRT extemporâneos, pertinente às atividades de 1.1.2 - PROJETO > ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES > Projeto arquitetônico; 1.2.2 - PROJETO > SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ESTRUTURAIS > Projeto de estrutura de concreto; 1.5.1 - PROJETO > INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA > Projeto de instalações hidrossanitárias prediais; 15.7 - PROJETO » INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA > Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão; 2.1.1 - EXECUÇÃO > ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES > Execução de obra; 2.2.2 - EXECUÇÃO > SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ESTRUTURAIS > Execução de estrutura de concreto; 2.5.1 - EXECUÇÃO > INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA > Execução de instalações hidrossanitárias prediais; 2.5.7 - EXECUÇÃO > INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA > Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, pertinentes à obra na Av. José Bonifácio, 190, Centro, no município de Pedro Osório/RS.

Previamente à lavratura da notificação preventiva, no dia 28/01/2022 foi enviado por e-mail a requisição de fiscalização do CAU/RS solicitando os RRTs extemporâneos de projeto e execução da referida obra. Como não houve retorno do e-mail por parte da arquiteta, no dia 01/02/2022 foi enviado, via aplicativo whatsapp, a referida requisição de fiscalização do CAU/RS para a arquiteta. A arquiteta elaborou os RRTs extemporâneos 11639539 e 11639635, porém não atendeu ao despacho realizado pela Unidade de RRT do CAU/RS e também não realizou os pagamentos das segundas taxas.

Depois de diversos lembretes e prorrogação de prazos concedidos para a regularização da situação, nos termos do art. 13, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, o Agente de Fiscalização do CAU/RS efetuou, em 24/03/2022, a Notificação Preventiva (Doc. 010), intimando a parte interessada a adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para regularizar a situação ou apresentar contestação escrita.



Notificada em 24/03/2022 (doc. 014), a parte interessada informou que emitiu o boleto referente à segunda taxa do RRT extemporâneo de projeto. No dia 31/03/2022 a arquiteta emitiu o boleto referente à segunda taxa do RRT extemporâneo de execução, porém sem realizar o pagamento da taxa até o seu vencimento, deixando assim de regularizar a situação no prazo legal.

Em razão da ausência de regularização da situação averiguada, nos termos do art. 15, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, o Agente de Fiscalização do CAU/RS lavrou, em 08/06/2022, o Auto de Infração (Doc. 018) fixando a multa no valor de 300% (trezentos por cento) do valor vigente da taxa do RRT, que corresponde a R\$ 326,07 (Trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), e intimou a parte interessada a, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da multa aplicada e regularizar a situação averiguada, por meio da emissão da segunda taxa de RRT referente ao seu RRT Extemporâneo de Execução de obra, ou apresentar defesa à Comissão de Exercício Profissional - CEP-CAU/RS.

Intimada em 08/06/2022 (doc. 022), a parte interessada permaneceu silente.

O processo, então, foi submetido à CEP-CAU/RS para julgamento, com base no art. 21, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, que diz que compete a essa Comissão julgar à revelia a pessoa física ou jurídica autuada que não apresentar defesa tempestiva ao auto de infração.

É o relatório.

#### **VOTO FUNDAMENTADO**

Da análise do conjunto probatório existente nos autos, depreende-se que exerceu as atividades de 1.1.2 - PROJETO > ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES > Projeto arquitetônico; 1.2.2 - PROJETO > SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ESTRUTURAIS > Projeto de estrutura de concreto; 1.5.1 - PROJETO > INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA > Projeto de instalações hidrossanitárias prediais; 15.7 - PROJETO » INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA > Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão; 2.1.1 - EXECUÇÃO > ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES > Execução de obra; 2.2.2 - EXECUÇÃO > SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ESTRUTURAIS > Execução de estrutura de concreto; 2.5.1 - EXECUÇÃO > INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA > Execução de instalações hidrossanitárias prediais; 2.5.7 - EXECUÇÃO > INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA > Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão, as quais estão sujeitas à emissão do respectivo Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, conforme o disposto no art. 45 da Lei nº 12.378/2010, que segue:

*Art. 45. Toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica RRT.*



Verifica-se, ainda, que o Auto de Infração foi constituído de forma regular, pois observou os requisitos previstos no art. 16 da Resolução CAU/BR nº 022/2012, e foi lavrado após o transcurso do prazo da notificação preventiva, sem que a parte interessada tenha efetivado a regularização da situação averiguada.

Por sua vez, observa-se que a multa, imposta por meio do Auto de Infração no valor de R\$ 326,07 (trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, verificada a situação de irregularidade, foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, conforme segue:

*Art. 35. As infrações ao exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo nos termos definidos nesta Resolução serão punidas com multas, respeitados os seguintes limites:*

*(...)*

*IV - Arquiteto e urbanista com registro no CAU regular exercendo atividade fiscalizada sem ter feito o devido RRT;*

*Infrator: pessoa física;*

*Valor da Multa: 300% (trezentos por cento) do valor vigente da taxa do RRT;*

Cabe registrar que, em 27 de março de 2023, entrou em vigor a Resolução nº 198, de 15 de dezembro de 2020, do CAU/BR, que revogou a Resolução CAU/BR nº 22/2012 e dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo, sobre as ações de natureza educativa, preventiva, corretiva e punitiva, sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento de processos e para aplicação de penalidades por infração à legislação vigente e dá outras providências.

O art. 81, *caput* e parágrafo único, da supracitada Resolução, estabeleceu o seguinte:

*Art. 81. As disposições processuais estabelecidas por meio desta Resolução não retroagirão e serão aplicadas imediatamente a todos os processos de infração à legislação de regência da Arquitetura e Urbanismo em curso, **respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência de atos normativos revogados.***

*Parágrafo único. As disposições materiais não retroagirão, exceto quando mais benéficas ao infrator (grifo nosso)*

Convém esclarecer que as disposições materiais são as que dizem respeito à infração, à multa e à prescrição, sendo as disposições processuais todas as restantes.

Salienta-se a nova definição de infração ao exercício profissional por ausência de RRT de pessoa física, que vigorará para infrações constatadas desde 27/03/2023, constante do art. 39, XIV, da Resolução CAU/BR nº 198/2020:

*Art. 39. São infrações ao exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo:*

*(...)*

**Ausência de RRT**

*XIV - exercer, com registro ativo no CAU, atividade fiscalizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, sem ter efetuado o devido RRT;*



*Infrator: pessoa física (arquiteto e urbanista com registro ativo no CAU)*

A Resolução CAU/BR nº 198/2020 estabeleceu, ainda, nova dosimetria para as multas por infração ao exercício profissional, considerando a gravidade da infração, o grau de impacto, circunstâncias agravantes e circunstâncias atenuantes.

Entretanto, as novas formas de cálculo não se aplicam às infrações por ausência de RRT, nos termos do art. 44 da Resolução CAU/BR nº 198/2020, conforme segue:

*CAPÍTULO VIII - DAS INFRAÇÕES E MULTAS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL*

*(...)*

*Seção II - Das Multas por Infração ao Exercício Profissional*

*(...)*

*Art. 44. A forma de cálculo definida nesta Seção não se aplica para definição do valor da multa das infrações previstas nos incisos XIV e XV do art. 39, relativas à ausência de RRT, que possuem seu valor definido pelo art. 50 da Lei 12.378, de 2010.*

Assim, não há nenhuma disposição material que possa retroagir para beneficiar o infrator.

É importante destacar que, para a regularização da situação e a eliminação do fato gerador, a parte autuada deverá pagar o boleto referente à segunda taxa do RRT extemporâneo de execução nº 11639635, que equivale à multa do auto de infração.

Transitada em julgado a decisão, a não regularização configura a continuidade da infração, que ensejará a abertura de novo procedimento de fiscalização e emissão de nova notificação, ou a abertura de novo processo de fiscalização e lavratura direta de novo auto de infração e nova multa, caso a autuada já tenha sido notificada por infração anterior com mesma capitulação, durante o período de até 1 (um) ano, contado a partir da data de ciência da notificação, consoante o art. 34, caput e parágrafo único, da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

## CONCLUSÃO

Deste modo, considerando que, até a presente data, não houve a regularização da situação averiguada, bem como não se efetuou o pagamento da multa aplicada, opino pela manutenção do Auto de Infração nº 1000148796/2022 e da multa aplicada pelo agente de fiscalização, no valor de 300% (trezentos por cento) do valor vigente da taxa do RRT, que corresponde a R\$ 326,07 (trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), com fulcro no art. 49, § 2º, inciso I, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, em razão de que a profissional, Arq. e Urb. C. G. N., inscrito no CAU sob o nº A1157841, incorreu em infração ao art. 35, inciso IV, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por ter exercido atividades sujeitas à fiscalização do CAU, sem ter emitido o respectivo RRT extemporâneo de execução válido.



**CAU/RS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul

Após o trânsito em julgado, cientifique-se à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que averigue a regularidade da situação que deu origem ao Auto de Infração do presente processo, nos termos dos artigos 75 e 76 da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Porto Alegre - RS, 24 de julho de 2023.

**PATRICIA LOPES  
SILVA:01808975006**

Assinado de forma digital por  
PATRICIA LOPES SILVA:01808975006  
Dados: 2023.12.15 11:24:26 -03'00'

PATRICIA LOPES SILVA  
Conselheira Relatora



|                                             |                                                        |
|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| PROCESSO                                    | 1000148796/2022                                        |
| PROTOCOLO                                   | 1499854/2022                                           |
| INTERESSADO                                 | C. G. N.                                               |
| ASSUNTO                                     | AUSÊNCIA DE REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (RRT) |
| <b>DELIBERAÇÃO Nº 155/2023 - CEP-CAU/RS</b> |                                                        |

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente por meio de videoconferência, no dia 24 de julho de 2023, no uso das competências que lhe confere o inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando que a profissional, Arq. e Urb. C. G. N., inscrita no CAU sob o nº A1157841 e no CPF sob o nº 007.XXX.XXX-32, foi autuada por não ter efetuado o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT extemporâneo de execução válido, pertinente às atividades de Execução de obra, execução de estrutura de concreto, execução de instalações hidrossanitárias prediais e execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão;

Considerando o art. 54, *caput*, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, que diz “a CEP-CAU/UF julgará à revelia a pessoa física ou jurídica autuada que não apresentar defesa ao auto de infração, sendo garantido amplo direito de defesa nas fases subseqüentes do processo”;

Considerando o relatório e o voto fundamentado da conselheira relatora, pela manutenção do Auto de Infração nº 1000148796/2022 e da multa aplicada pelo agente de fiscalização, no valor de 300% (trezentos por cento) do valor vigente da taxa do RRT, que corresponde a R\$ 326,07 (trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), com fulcro no art. 49, § 2º, inciso I, da Resolução CAU/BR nº 198/2020;

**DELIBEROU:**

1. Por aprovar, unanimemente, o voto da relatora, conselheira Patrícia Lopes Silva, decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000148796/2022 e da multa aplicada pelo agente de fiscalização, no valor de 300% (trezentos por cento) do valor vigente da taxa do RRT, que corresponde a R\$ 326,07 (trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), com fulcro no art. 49, § 2º, inciso I, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, em razão de que a pessoa física autuada, C. G. N., inscrita no CPF sob o nº 007.XXX.XXX-32 e no CAU sob o nº A1157841, incorreu em infração ao art. 35, inciso IV, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por exercer atividades sujeitas à fiscalização do CAU, sem ter emitido o respectivo RRT extemporâneo de execução válido;



2. Por informar o interessado desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto nos arts. 53, *caput* e § 1º, 54, parágrafo único, e 71 da Resolução CAU/BR nº 198/2020;
3. Por indicar ao interessado que a multa resultante do auto de infração está cadastrada no seu ambiente SICCAU, para que emita o respectivo boleto e realize o pagamento;
4. Por indicar ao interessado que a regularização do fato motivador deve ser realizada por meio do pagamento da multa do auto de infração, a fim de afastar a hipótese de continuidade da infração e abertura de novo procedimento ou processo de fiscalização, com a possibilidade de nova autuação e nova multa;
5. Após o trânsito em julgado, cientifique-se à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que averigue a regularidade da situação que deu origem ao Auto de Infração do presente processo, nos termos dos artigos 75 e 76 da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Porto Alegre - RS, 24 de julho de 2023.

Acompanhada dos votos dos conselheiros Orildes Tres, Rafael Artico e Patrícia Lopes Silva, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

ANDREA LARRUSCAHIM  
HAMILTON  
ILHA:69670846072

Assinado de forma digital por  
ANDREA LARRUSCAHIM  
HAMILTON ILHA:69670846072  
Dados: 2024.01.15 10:56:50  
-03'00'

**Andréa Larruscahim Hamilton Ilha**  
Coordenadora Adjunta da Comissão de Exercício Profissional